

SEGURANÇA

Filiados a quatro associações, que reúnem 5 mil dos 21 mil policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, decidem hoje à noite se entram em greve

Assembléia decisiva

Marcello Xavier
Da equipe do **Correio**

Nehil Hamilton 25.8.00



POLICIAIS MILITARES JÁ TÊM ATÉ ESTRATÉGIAS DE LUTA: SABOTAGEM DAS COMUNICAÇÕES E TROTES AO NÚMERO 190

Policiais militares e bombeiros do Distrito Federal prometem ir “de cara lavada” para a assembléia de hoje, às 20h, em Taguatinga. Isso quer dizer que os praças (soldados e cabos) vão participar do movimento por aumento salarial com os rostos descobertos. É um desafio ao estatuto militar, que proíbe manifestações coletivas com motivações políticas ou reivindicatórias e prevê punições severas, como a expulsão.

A Força Policial, Associação de Policiais e Bombeiros (ASPOL), Associação Única de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros (ASBOM) e a Associação Brasileira de Cabos e Soldados (ABCS) prometem levar seus quase cinco mil filiados para a Praça do Relógio. As duas corporações têm, juntas, cerca de 20 mil soldados.

Os militares de Brasília ameaçam iniciar uma operação-padrão — ou seja, ir para a rua mas não atender as ocorrências — a partir das primeiras horas de amanhã caso o Governo do Distrito Federal (GDF) não consiga, com a União, o dinheiro para conceder um reajuste de 28,23%. O percentual é o mesmo concedido aos colegas das Forças Armadas em janeiro desse ano. Mas, pelo andamento das negociações, será muito difícil que o aumento salarial saia até amanhã, como querem as quatro entidades.

Segundo fontes do governo federal ouvidas pelo **Correio**, a União — que mantém financeiramente as áreas de segurança, saúde e educação do Distrito Federal — não está disposta a dar mais um centavo sequer para o GDF. Uma pessoa que está acompanhando as negociações disse que o governo federal considera que o governo local tem que usar o Fundo Constitucional do Distrito Federal para conceder o reajuste.

O Fundo Constitucional foi criado em 1988 e é formado pelo repasse de um percentual da ar-

recadação do Governo Federal para os cofres do GDF. Hoje, esses recursos são da ordem de R\$ 2,5 bilhões e servem para pagar os servidores da área de segurança, saúde e educação. A União é obrigada, constitucionalmente, a custear a folha de pessoal da segurança pública do Distrito Federal. Mas, historicamente, também banca educação e saúde.

AUMENTO

Para dar o tão sonhado reajuste, o governador Joaquim Roriz estaria tentando aumentar o valor desse fundo junto à equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Como o fundo ainda não foi regulamentado, isso é possível. O GDF enviou ontem ao ministro da Justiça, José Gregori, as planilhas com o impacto financeiro no Fundo Constitucional caso o aumento seja concedido.

Érika Kokay, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no DF, discutiu o assunto com o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, saiu de lá pessimista. “Ele nos disse que

“É CLARO QUE NÃO SEREMOS IRRESPONSÁVEIS. TRABALHAMOS COM VIDAS. NÃO VAMOS DEIXAR NINGUÉM MORRER SEM ATENDIMENTO”

CABO GEOVANI DA SILVA

Presidente da ASBOM

não havia qualquer compromisso do governo federal em pagar os 28,23%”, afirma.

Se entrarem em greve, bombeiros e policiais militares já têm suas táticas ensaiadas. Uma delas é fazer com que amigos e parentes liguem, de telefones públicos, para o número 190 e congestionem o serviço de emergência. Outra é prejudicar a comunicação entre os carros

por meio de interferências nos rádios da PM. Apenas casos graves serão atendidos.

“É claro que não seremos irresponsáveis. Trabalhamos com vidas. Não vamos deixar ninguém morrer sem atendimento”, garante o presidente da ASBOM, cabo Geovani da Silva. A entidade era, até a semana passada, contrária a qualquer paralisação. Mas o cabo Geovani explica que a adesão ao movimento grevista se deve “à insatisfação da tropa e que não é mais possível ficar esperando o governo.”

Nos últimos dias, representantes das quatro entidades que estão organizando a assembléia de hoje, como a Força Policial e a ASPOL, afirmaram ter distribuído aproximadamente 20 mil panfletos nas unidades militares convocando os praças para a greve. Enquanto isso, o coronel Ruy Sampaio, comandante da Polícia Militar (PM), visitou algumas unidades para tranquilizar a tropa sobre as negociações entre o GDF e o governo federal. Procurado pela reportagem, o comandante da PM se recusou a comentar a ameaça dos policiais.